

**PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
PERSPECTIVAS DUMA PESQUISA HISTÓRICO-PEDAGÓGICA
(a propósito de um novo acervo documental)**

Segunda Parte e Conclusão

Francisco da Gama Caeiro *

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica a propósito de um novo acervo documental. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 5 (1/2): 119-154, 1979.

RESUMO: Dando prosseguimento à pesquisa histórico-pedagógica sobre documentos referentes à cultura e educação brasileiras que se encontram em arquivos portugueses, iniciada em 1978, o A. examina o conteúdo do material agora incorporado ao acervo da Seção de Documentação da FEUSP, destacando a importância desses documentos como ponto de partida para um maior aprofundamento nessa área de estudos.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil. História da Educação. Fonte de Informação.

I

Introdução

Dando seguimento à pesquisa iniciada no ano anterior, com vista a incorporar no arquivo da *Seção de Documentação e Informação* da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo cópias fotográficas de documentos referentes à Cultura e Educação brasileiras, cujos originais se conservam em Portugal, concluímos a segunda fase dessa recolha, em fevereiro de 1979.

* Professor-Colaborador de História da Educação do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Catedrático da Universidade de Lisboa.

À semelhança de nosso procedimento anterior, registrando nesta Revista informes acerca das espécies coligidas, apresentaremos adiante alguns apontamentos sobre a importância histórica desses documentos (1).

Tendo em vista que os principais interessados na consulta deste acervo serão, decerto, estudantes e professores que pretendem elaborar trabalhos de investigação sobre a presente recolha arquivística, consideramos que seria oportuno apresentar, em alguns casos mais frisantes, perspectivas sobre o especial interesse de aproveitamento dos documentos, à luz da Cultura e da Educação brasileiras, remetendo o leitor, quando seja esse o caso, para espécies coligidas na 1ª parte da pesquisa, interligadas pelo assunto àqueles, ou para a bibliografia especializada, esclarecedora do caso.

Como é óbvio, os documentos reunidos nestas duas fases representam mínima parte do riquíssimo material existente em arquivos e bibliotecas portuguesas, com interesse para uma História da Inteligência Brasileira. De certo que, para a prossecução de estudos sobre o passado intelectual do País, no âmbito das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na Universidade de São Paulo, seria altamente desejável que, a esta iniciativa, outras se seguissem e lhe dessem continuação. Novas orientações metodológicas, no domínio da História, recomendam se proceda a colheita de outros generos de documentação,

(1) Cfr. a primeira parte deste estudo, publicada na *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 4 (1): 35 a 61, 1978. Aproveitando mais uma vez o período de férias escolares, pudemos concluir, em Portugal, com auxílio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, a presente pesquisa documental. Todo o material foi cuidadosamente verificado, perante os originais, e, no verso das fotografias, aposta a referência que identifica as imagens pela cota, e número de fólios ou páginas, e pelo lado do fólio (rosto e verso).

O novo acervo, pelo qual agora se acrescentam 2311 imagens fotográficas ao núcleo anteriormente constituído por 2885 reproduções, e se encontra na Faculdade de Educação da U.S.P., apresenta características semelhantes às da 1ª fase, com uma execução técnica de muito boa qualidade.

A documentação teve a seguinte procedência:

Arquivo	Nº de imagens
Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora	1880
Academia das Ciências de Lisboa	79
Arquivo particular (Lisboa)	352
Total:	2311

que permitam relacionar testemunhos da vida de instituições e agentes pedagógicos, com as atuações da Sociedade, em interligações esclarecedoras das concepções educativas e culturais *lato sensu*, nas diferentes épocas.

Oxalá a iniciativa agora levada a efeito possa exercer um estímulo para prosseguimento de uma tarefa, que, a todas as luzes, se apresenta de indiscutível interesse cultural e histórico-pedagógico.

II

Apontamentos sobre o Acervo Documental

Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora

Epistolário de Cenáculo:

Correspondência enviada do Brasil, ou versando aspectos ligados a este país, dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas.

1. Cota: CXXVII, nº 30, fols. 48-49.

1-1

Carta de Ambrósio Picalagua, de Lisboa, 21 de janeiro de 1783, em que se refere ao ambiente cultural no Brasil e à instrução duma jovem de 13 anos, além de dar conta das perseguições de que foi alvo no Rio de Janeiro, e da sua tormentosa viagem para Portugal.

2. Cota: CXXVII, nº 479, fols. 220 r-v.

1-3

Carta do Bispo do Pará, Dom Frei Caetano Brandão, 3 de março de 1783. Sendo seu autor um expoente da cultura setecentista, extraímos alguns passos, para se avaliar do invulgar interesse desta carta, pela cópia de preciosos informes que faculta, para uma História da Educação no Brasil: “. . . Ainda tenho presente em minha memória huma espécie desta natureza, que em outro tempo tive a honra de ouvir da boca de Vossa Excelencia que o Pedagogo só de S. Clemente e Alexandre valia mais sem comparação do que mil tratados da moral do character novo: quando depois o li, admirei a exatidão, e criterio do juizo de Vossa Excelencia e não acabava de comprehender porque fatalidade este Escrito tão interessante aos costumes do Christianismo, assim como outros do mesmo genero, que conservão hua fiel imagem das regras e do proceder dos primeiros fieis, tinha sido degradado da Lembrança dos nossos Portugueses ate jazer coberto

de poeira debaixo do Lacroix, e Larragas; como eu mesmo observei em algumas das Bibliotecas da Corporação. (. . .) Já disse a Vossa Excelencia que estou determinado a empenhar os meos debeis esforços em promover esta applicação nos animos dos meos Paraensis; e tanto as reflexões sabias que Vossa Excelencia me faz na sua Carta, como as que já tinha bebido na Historia Ecclesiastica e na Conduta Luminosa dos Santos Bispos, me servirão de luz, e de espeque nesta penivel carreira: penivel digo, por me ver falto de auxilios, que a poderão suavizar; pois não tenho em toda a Dioceze mais, que dous homens de hua mediana Literatura; e com 4 ou 5 mil cruzados, de que consta o rendimento do Bispado, como posso consignar congrua sufficiente para Mestres de fora? Confesso a Vossa Excelencia que he este o unico motivo, porque tenho inveja dos Prelados do Reino: porem fito os olhos em Vossa Excelencia, que quazi somente a si proprio deve a instrução do seu Clero; e favorecido do socorro, que Vossa Excelencia me subministra na obra admirável do illustre Thomazi (mimo na verdade o mais delicioso ao paladar da minha alma, por achar nelle hum compendio de tudo o bom da antiguidade relativo às minhas intenções) não desmaio. Olhem muito embora os outros bispos para a Igreja pelo lado, que lhes parecer, que eu nunca retirarei a vida deste objecto importantissimo, talvez o unico donde a mesma Igreja tira a sua gloria mais solida. Se consigo ver o meo Clero instruido, e exemplar; não terá inveja a Dioceze do Pará às mais florentes do Christianismo. Quero dizer a Vossa Excelencia que tenho a vantagem de achar uns bons principios de Seminario; pois sei que há Caza com Seminaristas, Reitor, Mestres de Gramatica Latina, e Solfa, e trezentos mil reis de rendimento: agora trabalho por conseguir de sua Magestade algum aumento do fundo em ordem a poder levar do Reino quem me ajude: mas sem maior esperança por estar o tempo muito contrario a estas liberalidades. (. . .) *Frei Caetano Brandão do Pará*".

3. Cota: CXXVII, nº 525-526, fols. 287, r-v, e anexo.
1-3

Duas Cartas do Núncio Apostólico, enviadas de Lisboa, em 28 de novembro de 1807, e do Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1809, respectivamente. Na primeira, comunica ir ao Brasil com Sua Alteza Real o Príncipe Regente, e que nomeia para desempenhar o lugar, durante a sua ausência, o Dr. D. Vicente Macchi, Auditor Geral e Abreviador daquela Apostólica Nunciatura. Tem interesse analisar os motivos alegados pelo Núncio para acompanhar o Príncipe Regente, e, bem assim, os integrantes dos círculos cultivados que nessa época se fixaram na Corte do Rio de Janeiro.

Na segunda carta do Núncio, já do Rio, - aproveitando o correio marítimo, que Sua Alteza Real mandara estabelecer - remete cópia da "continuação

dos Documentos Oficiais referentes à Invicta e Heroica Conducta que o Santíssimo Padre conservava nas tristíssimas circunstâncias em que se encontrava”.

O anexo é constituído por um raríssimo folheto, saído da Impressão Régia e datado do Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1810, testemunho valioso para uma História das Mentalidades, e para a História da Igreja em especial, por ilustrar a atitude oficial perante o medo e a insegurança geral que as campanhas napoleônicas suscitaram e o episódio da perseguição movida ao Papa Pio VII por Napoleão Bonaparte.

4. Cota: CXXVII, nº 781 a 791, 14 fols.
1-5

Cartas ao Bispado de Elvas, das quais se destacam, pelo seu especial interesse, as de D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, bispo de Elvas e eleito de Pernambuco, enviadas a Cenáculo. A correspondência, até aqui desconhecida, destas duas grandes figuras da Pedagogia do Iluminismo tem inegável interesse, até por naquelas cartas se revelarem traços da fisionomia psicológica e bem assim da disposição interior de Azeredo Coutinho quanto à aceitação do bispado de Pernambuco. Já antes havíamos coligido 3 vols. do processo deste bispo e Inspector geral dos Estudos sobre a atuação dos professores e a rede escolar de Pernambuco: cfr. “Para uma história da Educação Brasil., cit., p. 50.

Está ainda por realizar, no estudo da Ilustração Brasileira, o exame aprofundado das fontes do pensamento de Azeredo Coutinho, devendo averiguar-se, com especial interesse, dadas as profundas afinidades existentes entre os dois pedagogos reformadores, a eventual influência que o Bispo brasileiro colheu na obra de Cenáculo.

5. Cota: CXXVII, nº 795, fol. 78.
1-5

Carta de Frei Vicente do Espírito Santo, de 10 de abril de 1786. Tratando-se de relações entre um bispo da diocese brasileira de Goiás, sobre o qual quase nada se conhece, e Cenáculo, tem interesse coligir esta correspondência. Neste arquivo existem ainda outras 5 cartas, do mesmo, dirigidas entre 30 de maio de 1786 e 23 de julho de 1787.

6. Cota: CXXVII, nº 866, fol. 189.
1-5

Carta do Bispo de Mariana, D. Bartolomeu Mendes Reis, de 8 de janeiro de 1798, sobre a política eclesiástica da Diocese. Dado que Mariana era na época um ativo centro econômico e cultural, as informações prestadas sobre a nomea-

ção anômala dum novo bispo, quando o antecessor ainda não havia renunciado, são de algum modo esclarecedoras do contexto social.

7. Cota: CXXVII, nº 867, fol. 217.
1-5

Carta do Bispo Eleito de Mariana, D. Frei Cipriano de S. José e Queiroz, de 16 de setembro de 1796, em que participa ter recebido uma de Cenáculo, e se desculpa por não ter dado imediata resposta à mesma, alegando que os "prelúdios Episcopais" lhe deram muito trabalho. Ao documento se aplica o comentário geral feito no número anterior.

8. Cota: CXXVII, nº 868, fol. 218.
1-5

Carta do Bispo do Pará, D. Fr. João de S. José, sem data. Na 1ª fase de pesquisa, reunimos um conjunto importante de 9 cartas, escritas do Pará, por onde se prova a atuação cultural e pedagógica do bispo na sua Diocese. A presente carta vem completar outros dados biográficos sobre a notável figura deste bispo. Na Biblioteca de Évora conserva-se outra carta do mesmo, de 8 de março de 1760, que tem interesse para situar a sua sagração, ocorrida depois dessa data, mas antes de 11 de novembro daquele ano, momento em que já se encontra no Pará, de onde escreve a Cenáculo.

Transcrevemos aqui a elucidativa nota de Dom Odilão Moura, (em "O Iluminismo no Brasil", *As Idéias filosóficas no Brasil*, vol. I: Séculos XVIII e XIX, Ed. Convívio, S. Paulo, 1978, pp. 154-5) sobre este bispo, que em 1760 ocupava a Sé do Grão Pará, considerado exímio escritor, e que três anos após foi mártir dos ódios pombalinos: "Dom Frei João de São José Queiroz, eleito Bispo do Grão Pará, era monge português, professor e, em Coimbra, fora aluno de Frei Antônio do Desterro. Morreu desterrado em um Mosteiro português, vítima das perseguições de Pombal. É notável o Diário que deixou escrito sobre a visita pastoral que fez em sua Diocese, não só pelo estilo belíssimo do vernáculo (dele nos diz Euclides da Cunha: "aquele extraordinário Frei João de São José, seráfico voltariano que tinha no estilo lampejos de Vieira. . ."), mas também como fonte histórica da vida social daquele Estado, naquele tempo. Esse Diário foi publicado em 1847 pela *Revista Trimestral de História e Geografia* ou *Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (vol. 9, t. 9, pp. 43 e ss.; 179 e ss.; 328 e ss.; 476 ss.), trabalho que merecia ser reeditado.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica a propósito de um novo acervo documental. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 5 (1/2): 119-154, 1979.

9. Cota: CXXVII, nº 957-959, fol. 361-363.
1-5

Três Cartas do Bispo do Pará, D. Fr. Diogo Jardim, remetidas do Real Mosteiro de Belém, Lisboa, respectivamente em 20 de julho de 1784, 5 de setembro de 1785 e 23 de setembro de 1793. Pela primeira, se documenta a intervenção decisiva de Cenáculo "por hum puro effeito da sua benevolencia e grandeza" na "promoção" de Frei Diogo a Bispo de Pernambuco — o que revela o papel, até aqui insuspeitado, do Franciscano nos bastidores da política eclesiástica do Brasil, nomeadamente no recrutamento dos bispos, escolhidos de acordo com a sua feição mental. Na segunda, comunica estar próxima a sua viagem para Pernambuco e pede, para sua única consolação, que o honre com as suas notícias. Na terceira carta, já no regresso do Brasil para o Reino, recebe o bispado de Elvas: "Quando adoro os sabios distinos da Providencia sobre mim por esta nova nomeação de Bispo de Elvas (baixo este que não estava na minha carta de mariar quando sahi do porto de Pernambuco). . ."

10. Cota: CXXVII, nº 977-978, fols. 387-388.
1-5

Duas cartas do Bispo eleito de São Paulo, D. Fr. Miguel da Madre de Deus, remetidas do Real Hospício da Bemposta em 23 de agosto de 1791, e em 6 de maio (sem indicar ano). Na primeira, protesta o grato reconhecimento pela interferência de Cenáculo na nomeação dele. Na segunda, comunica padecer de cataratas, o que o impede de ler e escrever. Frei Miguel, decerto por motivo de saúde, não chegou a assumir o bispado no Brasil. Alude na carta ao "meu grande amigo e companheiro o nosso Desembargador Caldeira" — que será o magistrado Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, amigo de Cenáculo, que faz parte do círculo de Pombal e que em Pernambuco exerceu papel relevante na execução da Reforma dos Estudos Menores (cfr. adiante, cartas nº 4139-4155, item 43).

11. Cota: CXXVII, nº 979, fol. 390.
1-5

Carta do Bispo de Tipassa e Coadjutor do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo-Branco, sem data. Cremos que D. José seria brasileiro (alude a "eu me recolho a minha Patria") e revela a rede de ligações de Cenáculo com os bispo do Brasil. Transcrevemos um passo da carta, que traduz bem, no estilo epistolar da época, o tipo de relações estabelecidas entre os dois prelados: "A necessidade de aproveitar-me da faculdade que se me permite de passar para o Rio de Janeiro nas Naus da India, estão a partir e vão a fazer escalla

àquelle porto, a distancia em que Vossa Excelência se acha, e a brevidade do tempo tudo me embaraça hir á presença de Vossa Excelência a beijar-lhe as maons, e utilizar-me da audiência, que eu tinha pedido para dever a Vossa Excelência o favor de instruir-me em materias importantes ao ministério a que estou destinado; e por isso procuro ao menos por estas letras dar parte a Vossa Excelência, que eu me recolho a minha Patria donde estimarei ter prestimo para servir a Vossa Excelência. Se Deos permitir que eu lá chegue, já desde aqui peço a Vossa Excelência queira dar-me licença para participar-lhe por carta o que ocorrer, e comunicar-me as suas letras para poder encher as minhas obrigaçoens com utilidade da Igreja, e felicidade daquelles Povos, que tem por seu Principe o mesmo que se tem confiado as direcçoens de Vossa Excelência. (. . .)". Cenáculo seria, ao tempo, bispo da diocese de Beja (daí a menção à distancia) e fora preceptor e confessor do príncipe D. José.

12. Cota: CXXVII, nº 1114, fol. 330, r-v.
1-5

Carta do Conde de Lumiares, s. 1. n. d., para que Cenáculo escreva ao bispo do Pará "de que me dizem ser Vossa Excelência muito particular amigo, e que ele costuma condescender muito em tudo com o seu gosto" - a pedir-lhe que revogue a ordem passada a seu afilhado, Fr. Paulino José Galha, para ser pároco do Rio Negro.

13. Cota: CXXVII, nº 1245, fol.5
1-7

Carta de Fr. Cosme de Santo Antônio, s. 1. n. d., em que agradece, bem como ao Marquês de Pombal, a honra que têm dispensado à sua Província. Frei Cosme diz enviar, ao Procurador da Província, um breve apontamento para por ele se regerem os Professores da mesma Província; e que pediu àquele o mostrasse a Cenáculo, para que o corrigisse, antes que fosse apresentado à Real Mesa Censória. A carta completa o importante núcleo de correspondência, já coligido na 1ª fase de pesquisa, desta figura de Provincial franciscano bem relacionado com Pombal e Cenáculo, e que na sua Província, no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, estabelece novas condições para o ensino da Filosofia.

Embora ultimamente os historiadores tendam a valorizar o alto nível pedagógico da plêiade de professores do Convento de Santo Antônio, no Rio, e a conseqüente tentativa de criação duma Universidade brasileira, a documentação presente lança sobre o assunto luz nova, designadamente do apoio que Pombal e Cenáculo davam à promoção dos estudos (enviando-lhe designadamente, do Reino, um Procurador, para proceder à visita canônica da Província)

entre os religiosos franciscanos do Brasil. Cfr.: D. Odilão Moura, O. S. B. "O Iluminismo no Brasil" in *As Idéias Filosóficas no Brasil*. 19, Séculos XVIII e XIX, Convívio, São Paulo, 1978, p. 150.

14. Cota: CXXVII, nº 1259, fol. 42.
1-7

Carta de Custódio José de Oliveira, de Lisboa, 22 de janeiro de 1788. Trata-se dum professor régio de Grego, autor duma "*Selecta de Autores Gregos*, aprovada para uso das Aulas do Reino e Domínios, por Alvará de S. Magestade de 17 de julho de 1772" e que, nesta carta, fala a Cenáculo da sua *Gramática da Língua Grega*, que pensa publicar pela nova oportunidade que se abre de ser utilizada no Brasil ("agora porem que vi proverem-se as Cadeiras para America (. . .)"). Merecia a pena a edição, na íntegra, das dez cartas, e seus dois anexos, deste professor, existentes na Biblioteca de Évora, por se prenderem diretamente à Reforma pombalina dos Estudos Menores. Cfr., sobre o assunto, Antônio Alberto Banha de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, Editora da Universidade de São Paulo - Saraiva S/A, São Paulo, 1978, pp.157-184.

15. Cota: CXXVII, nº 1263.
1-7

Carta de Fr. Custódio de São Tomaz, Provincial da Província de Santo Antônio do Brasil, expedida do Convento de São Francisco da Bahia, em 18 de Novembro de 1774, em que agradece a Cenáculo a proteção dispensada à sua Província e em que comunica mandar-lhe a *Táboa do Capítulo* "e com ella o dominio para poder subordinar da minha vontade, e de todos os indivíduos desta Província como de couza muito sua".

16. Cota: CXXVII, nº 1406.
1-7

Carta de Domingos Fernandes Barbosa de Pita Rocha, de Vila da Victoria, cabeça da Capitania do Espírito Santo, de 1 de agosto de 1774, em que solicita a Cenáculo o esclareça sobre a sua situação de professor régio, nomeado por S. Magestade, por força da lei da criação das Escolas Menores, a qual não faz referência à sua escola. Sendo um caso concreto de discrepância legal, o documento tem o maior interesse, por nos indicar a complexa máquina da administração do Ensino no Brasil e sua dependência da Real Mesa Censória, e, bem assim, por nos alertar para o fato de haver, para além do quadro oficialmente aprovado, um professor régio provido em escola pública. Laerte Ramos de Carvalho in

As Reformas pombalinas da Instrução Pública, 2ª ed., Ed. da Universidade de São Paulo/Ed. Saraiva, São Paulo, 1978, p. 133, esclarece sobre o caso deste professor: "Em 1770 vinha também de Portugal para Vitória, no Espírito Santo, Domingos Brabosa e Torres de Pita Rocha, com ordenado estipulado de acordo com os pareceres dos comissários da Bahia e Rio de Janeiro, o que faz supor que, nesta última cidade, tal como acontecera na Bahia, a escolha dos professores se fizera por intermédio de um concurso realizado perante os comissários, entre os próprios elementos da Terra". Veja-se para uma análise, em termos mais amplos, do contexto desta situação, id., pp. 129-136.

17. Cota: CXXVII, nº 1449-1450, fols. 315-316.

1-7

Duas Cartas de Fr. Elisário Lobo de Ávila, enviadas respectivamente de Lisboa em 26 de janeiro de 1779, e do Convento de N^{ra} S^{ra} de Jesus, de Lisboa, em 27 de agosto de 1782. Na primeira, comunica a Cenáculo que, em virtude da decadência social do meio, tenciona fugir, pretextando ter de ir ao Rio de Janeiro buscar seu primo, José João Teixeira, que vem como Desembargador para o Porto, depois de ter estado onze anos em Vila Rica, Intendência Geral do Ouro e Procuradoria da Coroa. Tem interesse para a História das Mentalidades da época. A fuga de frades para fora do Reino era então frequente, e o Brasil era um polo de atração para religiosos desajustados dentro da sua Ordem: confronte-se com o exemplo dos capelães franciscanos, geralmente muito jovens, que seguiam a bordo das naus e que, chegados ao Brasil, se subtraíam à disciplina da Ordem e se tornavam fugitivos, conforme correspondência do Frei João, Bispo do Pará, coligida na 1ª parte desta pesquisa. Na segunda carta, conta a Cenáculo a miséria em que se encontra. Diz ter ido ao Rio de Janeiro, onde conheceu Fr. Bernardo de Vasconcelos. Este escreveu-lhe enviando 87.000 réis para um *breve* destinado a outro frade, e mais cousas que verá pela carta que lhe manda. Diz ter conseguido o *breve*, mas que estes papéis desapareceram no saque do navio em que iam para o Brasil, e agora o acusam e o obrigam a repor a importância. Pede a Cenáculo lhe empreste 18 moedas.

Tem, à margem, a nota do puno de Cenáculo, de que remetera, dadas, 10 moedas de 4.800 réis.

Este frade residia no convento de Jesus, ao qual Cenáculo também pertencia, e que era um dos grandes centros intelectuais da época. Frei Elisário talvez pertencesse aos círculos de frades dedicados a estudos, e ligados a Pombal e a Cenáculo, visto ele anunciar a este, em 30 de dezembro de 1777, que estava a trabalhar numa espécie de *Dedução Cronológica* (carta nº 1447, do mesmo fundo).

18. Cota: CXXVII, nº 1540, fol. 198-199.
1-8

Carta de Francisco, datada de Lisboa, em 26 de fevereiro de 1782, em que narra a Cenáculo os últimos acontecimentos literários: uma *Carta* dirigida ao bispo de África e depois da América, e um *Diálogo*, também anônimo, contra a *Prefação da Lusitania Transformada* de Joaquim de Foios. Quanto à personalidade visada na *Carta*, poderá tratar-se de Dom Frei Antônio do Desterro, que foi bispo de Angola e, em 1746, transferido para o Rio de Janeiro, sendo aí seu sétimo Prelado (embora o afastamento considerável de datas torne menos segura a identificação). Desterro, por 25 anos exerceu essa função; amigo de Pombal, solidarizou-se com este, quando da expulsão dos jesuítas.

O anexo desta carta, remetido do Real Hospício de Nã Sã da Ajuda, em 20 de junho de 1798, pelo seu contexto brasileiro e ideológico, tem, todavia, maior interesse: Carta de Francisco para seu pai, dirigida ao Revmo. Sr. Fr. José Mariano da Conceição Veloso, em casa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe aprecia um *Catecismo Brasílico* e a *Histoire Philosophique* de Raynal; faz referência à estadia, em sua casa, de Monsenhor Menezes, com quem falou sobre o *Mapa da América*, e termina com considerações filosóficas e literárias. Valerá a pena um dia reunir e estudar o núcleo, de dezesseis cartas, deste escritor envolvido em polêmicas, por vezes sob o anonimato, e que apenas assinava por "Francisco". O signatário, afilhado do famoso bibliógrafo Diogo Barbosa Machado, corresponde-se com Cenáculo entre 1776 e 1801 e anuncia que tem reunido material para várias obras, entre elas a *Biblioteca Histórica Portuguesa* e os *Anais Tipográficos*, que ainda não se concluirá. É autor de duas obras que, em 8-2-1800, oferece a Cenáculo, sendo uma a *Vida em fragmentos do bolieiro elogiado* e a outra, uma lápide à eterna memória do Rei D. José, como Reformador da Universidade de Coimbra.

Em 31-3-1800 menciona as dificuldades que tem encontrado no Ultramar (supomos aludir ao Brasil, pelo contexto) e, em 7 de agosto de 1801, depois de se referir ao *infeliz estado da Nação*, informa que escreveu duas obras, a primeira respeitante a um Acadêmico brasileiro, *Fragmentos para a Vida do Sr. Inácio de Barbosa Machado, Collegidos e ilustrados por hum de seus comensais*, e a outra, *Carta primeira e ultima a quem for o encuberto, sobre o que nella se contem*, tendo já obtido as licenças para imprimir a primeira. Assunto virgem. merece se lhe consagre uma pesquisa.

19. Cota: CXXVII, nº 1800, fols. 43-44.
1-10

Carta de Fr. Francisco de Santa Rita, remetida de Pernambuco, em 28 de Novembro de 1776, comunicando a Cenáculo ter ido para a Corte como Pro-

curador da sua Província, onde tratara uma questão com o Marquês de Pombal. Enquanto esperava a patente, que entretanto não havia chegado, os seus inimigos da Corte haviam feito com que ele embarcasse de novo para Pernambuco, como se o seu Provincial o tivesse mandado regressar, versão que, segundo este lhe afirmara era falsa. Comunica também que, até à data de embarcar, a *Oração*, que dedicara a Cenáculo, ainda não tinha obtido despacho de Censura.

Trata-se de um testemunho vivo das relações entre a Corte portuguesa e as corporações religiosas no Brasil, com um mundo de intrigas de permeio. Frei Francisco, antes de partir para Pernambuco, tinha relações estreitas com Cenáculo: de Lisboa, em 25 de Novembro de 1775, escrevia a este, enviando umas obras suas para que lhas emendasse, antes que fossem submetidas, à Censura. As obras saíam com um nome suposto, por razões que alegava (mesmo fundo, *CXXVII*, n.º 1799).

1-10 ,

20. Cota: *CXXVII*, n.º 1829, fols. 98-99.

1-10

Carta-aviso, expedida do Paço, em 20 de agosto de 1765, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dirigida ao Capelão-mor das Armadas, em que diz enviar-lhe as cópias dos Avisos dirigidos aos Provedores das Juntas das companhias do Estado, do Grão Pará, Maranhão, Pernambuco e Paraíba, pelas quais verá que os capelães deverão viajar nas naus da mesma Companhia. Pedelhe que mande executar, na parte que lhe toca, a matéria dos Avisos. Em anexo, e da mesma data, cópia do Avisos antes referidos.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado teve decidida intervenção política no Brasil — cfr.: Marcos Carneiro de Mendonça, *O Marquês de Pombal e o Brasil* (Brasília, São Paulo, 1960); Id., *A Amazônia na era pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759*, São Paulo, IHGB, 1953, 3 vols. Irmão do Marquês de Pombal, teve também larga influência na aplicação da Reforma dos Estudos Menores — cfr.: A. A. B. de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil* cit., p. 7 e ss. Cenáculo, por outro lado, tinha, pelo cargo, competência na nomeação dos capelães das naus.

21. Cota: *CXXVII*, n.º 1868.

1-10

Carta de Fructuoso Vicente Viana, enviada da Bahia, em 3 de abril de 1774, agradecendo a Cenáculo todos os benefícios e honras recebidas desde há

muitos anos, mas agora, em especial, a mercê que, por sua intercessão, Sua Majestade concedera ao filho, João Vicente Viana, na Bahia. Existe uma rede de relações vasta e complexa, de natureza social, cultural, religiosa e política, estabelecida, desde longe, entre Cenáculo e personalidades do Brasil ou aqui radicadas, para cujo estudo esta carta serve de elemento.

22. Cota: CXXVII, nº 1986.
1-11

Carta em latim de Inácio José Corte Real, professor régio em Porto Seguro, s. l. n. d., em louvor dos merecimentos, virtude e sabedoria de Cenáculo. Em anexo à correspondência anterior, figuram duas exposições: uma, para a Real Mesa Censória, sobre o adiantamento de 300.000 réis, de vencimentos, ao Bacharel Inácio José Corte Real, professor de Gramática Latina na vila de Porto Seguro, capitania da Bahia; e outra, para a Rainha, sobre o mesmo assunto. O caso liga-se, na continuação, ao litígio em torno da substituição do professor de Gramática Latina: cfr. "Livro de Registro das Actas das Sessões do Subsídio Literário, 1785-1794, Cota: Fundo Geral do Erário Régio, Arquivo do Tribunal de Contas, Ms. 3949, coligido na 1ª fase da nossa pesquisa - cit. no nosso artigo "Para uma história da Educação brasileira (. . .)" *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 4 (1), 1978, p. 52.

23. Cota: CXXVII, nº 2147.
1-12

Carta do Pe. Fr. João de Jesus Maria, Vigário Provincial da Província de Santo Antônio do Brasil, do Convento de São Francisco da Bahia, de 28-3-1774, em que comunica o falecimento do Pe. Mestre Fr. Manuel da Epifania, Ministro Provincial daquela Província, ocorrida em 24 de março daquele ano. Informa que logo se procedera à eleição de novo Vigário Provincial, a qual havia recaído nele, signatário. Os termos de submissão reverencial a Cenáculo, que "por sua innata bondade tem tomado à sua conta patrocinar e amparar esta toda sua Província dos sucessos que nela tem havido" e a intervenção que este tinha tido na vida interna da Comunidade, dividida por graves dissensões, esclarecem o papel de "eminência parda" que ele representava, relativamente aos Franciscanos do Brasil. A documentação aqui reunida permite acompanhar a estreita intervenção de Cenáculo, no plano pedagógico e religioso, nos difíceis tempos do anterior Provincial Fr. Manuel da Epifania nos anos de 1772-73; cfr., adiante, cota CXXVII, nº 3600/3605, referida no item 38.

2-8

24. Cota: CXXVII, nº 2242-2243, fols. 267, r-v.
1-12

Duas cartas de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, enviadas de Lisboa, respectivamente em 28 de março de 1783 e 12 de junho de 1786. É conhecida a personalidade influente, da maior confiança de Pombal, que foi a do jurisculto brasileiro João Pereira Ramos, um dos autores da Reforma da Universidade de Coimbra, de 1772.

Terá tido parte decisiva na organização dos estudos de Direito na Universidade restaurada. Evidenciou-se como colaborador do grande libelo acusatório e programa do ideário pombalino — que leva um bem elucidativo título: — *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra, no tempo da invasão dos denominados jesuítas e dos estragos feitos nas Ciências e nos Professores, e Directores que a regiam pelas maquinações e publicações dos Novos Estatutos, por eles fabricados em (1772), e, ainda, dos Estatutos da Universidade de Coimbra, também aprovados nesses ano de 1772, e publicado no ano seguinte.*

Sobre João Pereira Ramos, afirma o bispo Cenáculo, em seu *Diário*: “. . . é o compositor e coordenador, pois há 6 ou 7 anos que El-Rei determinou que fosse ajuntando e compondo o que fosse preciso para a reforma da Universidade, e agora só o que faz é coordenar pelo método que dispõe o Marquês, e ele só faz o que pertence à parte jurídica.” Cfr., sobre o colaborador brasileiro de Pombal, F. da Gama Caeiro, *Frei Manuel do Cenáculo — aspectos da sua actuação filosófica*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959, pp. 80, 136, 137.

Na primeira carta, trata duma apreciação jurídica sobre uma causa intentada pelo Convento das Carmelitas de Beja. Na segunda, refere “o efficacissimo empenho, que tenho, em que sua Magestade Fidelíssima queira despachar benigna e favoravel huma consulta, que à sua real presença sobio ha sinco, ou seis annos pelo Conselho Ultramarino a favor de José de Goes de Ribeira Lara de Moraes Leme para ser remunerado, e premiado com mercês equivalente aos relevantíssimos serviços que a esta coroa fez no Brasil seu tio o brigadeiro Antonio de Almeida Lara no descobrimento e conquista das minas de Matto Grosso, que pela sua posição mereceram constituir huma Capitania e Governo separado, fazendo-se reputar com hum dos mais importantes por ser o que por aquella parte occidental fixou os limites dos nosso Dominios, e estabeleceu a barreira dos da Espanha na America Meridional cujos vassallos se hiam entranhando pelo nosso Continente com passos tão apressados, que a não se achar descoberto, conquistado do gentio barbaro, e povoado pelos de sua Magestade Fidelíssima, sem dúvida se acharia presente (. . .) a monarquia de Espanha occupando e possuindo como sua huma vastíssima porção do Continente do nosso

Brasil, tem sido, e he tal, e tão grande (. . .)” Documento do maior interesse, que deveria ser publicado na íntegra, já pelo seu conteúdo político — uma repercussão do célebre conflito de fronteiras —, já por nos revelar a rede de relações de João Pereira Ramos com o Brasil.

25. Cota: CXXVII, nº 2290, fols. 424—425.

1—12

Carta de Fr. João da Trindade Costa, do Carmo do Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1787, queixando-se das arbitrariedades que o Bispo Reformador, D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo-Branco, estava praticando na sua corporação, pelo que pedia a interferência de Cenáculo. O documento faculta-nos uma análise, bastante minuciosa, da mentalidade dos religiosos desta época, no que toca às regalias que reivindicavam, à utilização habitual de escravos no seu serviço, aos costumes que tinham. Alude também a mudança de professores, devido à perseguição do bispo (cfr., sobre este, a carta-cota CXXVII, nº 979, — antes comentada), e bem assim a um professor de Medicina, ^{1—5} que prestava serviços à comunidade.

26. Cota: CXXVII, nº 2602, fols. 22, r—v.

2—2

Carta de Fr. José dos Anjos, Provincial da Província da Conceição, enviada do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1770. Refere-se a um diferendo entre ele e o bispo da diocese, no qual foi também envolvido o Vice-Rei do Estado do Brasil, sobre a eleição do Provincial, para cuja solução pede a intercessão de Cenáculo. Em anexo, o texto da bula de Clemente X, que era invocado para o efeito.

27. Cota: CXXVII, nº 2650, r—v.

2—2

Carta de José Antônio de Oliveira Damazio, expedida de Lisboa, em 2 de julho de 1782.

Damazio era procurador de Cenáculo, e dava-lhe regularmente notícias de Lisboa — o núcleo de cartas existentes em Évora ascende a 55, contendo as mais diversas informações enviadas da Corte, sobre os assuntos que seriam objeto das preocupações do destinatário. Pela presente carta se pode supor o interesse que Cenáculo dispensava aos assuntos do Brasil, nomeadamente ao movimento dos seus quadros administrativos. Damazio diz-lhe que fora mandado recolher o Governador do Pará e nomeado para seu lugar Martinho de Sousa e Albuquerque; mandado vir da Bahia o Marquês de Valença e, para o substituir, D. Rodrigo,

filho de Marialva, que estava nas Minas, e para aqui fora mandado um dos Peraltas. Em carta do mês anterior (nº 2648) do mesmo Fundo, comunicava-lhe o movimento judicial da Relações do Rio de Janeiro e da Bahia. Torna-se necessário aproximar todos estes aspectos, para se compreender o alcance real da atuação, por vezes discreta, do influente Franciscano nos negócios brasileiros, sobretudo na área cultural, pedagógica e religiosa.

28. Cota: CXXVII, nº 2925-2926.

2-4

Duas Cartas de José Inácio Álvares Pereira, enviadas respectivamente de Lisboa, em 31 de julho de 1779, e de Pernambuco, em 1º de setembro de 1783. Na primeira, agradece a Cenáculo os favores recebidos. Diz-lhe que em Lisboa está uma nau prestes a partir para Pernambuco, na qual tenciona embarcar e oferece-lhe os seus serviços ali. Na segunda, congratula-se por sabê-lo Arcebispo de Évora.

29. Cota: CXXVII, nº 3031-3032.

2-4

Duas cartas de Fr. José Mariano do Amor Divino Duque, a primeira s. l. n. d., e a segunda remetida do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1776.

Depreende-se do primeiro texto que o seu autor é franciscano, de momento encontrando-se no Reino, que vem agradecer a recepção "por espaço de 3 dias não completos" dispensada por Cenáculo, durante a qual este aproveitou para lhe transmitir algo da sua vasta cultura: "... já me recordo da transcendência, que eu mesmo admirei em Vossa Excelencia sobre todas as Sciencias maiores, e ainda menores, sobre as mesmas Linguas vivas e mortas (...)". Anuncia também que remete a Cenáculo a pastoral do bispo do Rio de Janeiro, "para onde parte nestes tres, ou quatro dias huma curveta". A forte impressão deixada em Fr. José Mariano, refletida no singular elogio desta carta, terá sua repercussão no Brasil, uma vez que Cenáculo o incumbira de af fomentar e organizar os estudos na Província, como se documenta pela carta seguinte. A declaração enfática, feita nesta última, de que Cenáculo é o seu maior protetor, e de toda a Província—"eu faço publica nesta minha Província, e neste Continente (...) huma confissão de todas as grandezas de Vossa Excelencia Illustrissima; eu narro, eu dou a saber (...) neste Paiz Americano" que ele era "com singularidade nosso pay, e provido bemfeitor"—tudo isto serve de intróito ao motivo principal dessa gratidão: "Vossa Excelencia bem sabe que eu falo dos Estudos desta minha Província".

O plano de atuação pedagógica, inspirado por Cenáculo, aparece claramente indicado nesta carta: "Eu não fui para São Paulo, por o meu Revmo. ao mesmo tempo, que me dizia, que mo não impedia, me punha por diante, que fazia muito gosto, em que eu aqui ficasse; ele tem-me ordenado, que abra o estudo a 3 de fevereiro, e só com dous discipulos, que são dos chamados até agora *passantes*; eu não vejo na Provincia quem entre nos estudos; e se não houver esforço ao menos agora no principio, nada se verá de fructo; he certo, que meo Revmo. não tem religiosos, e menos moços, que se sujeitem aos estudos, mas tudo espero, que supra Vossa Excelência, alcançando-nos noviços, pois sem eles não pode executar-se o Plano; para a Paschoa se poem a Cadeira de Rhetorica em opposição para se abrir logo com hum discipulo até dous se houver quem se queira sujeitar; eu confesso a Vossa Excelência, que a não conhecer a naturalidade, que Vossa Excelência tem em favorecer, e proteger aos que estudam, certamente cuidava em servir à Província com a predica, ou no que ela me occupasse. (. . .). Se não me der bem nesta cidade, diz-me o meu Revmo. que caminharei então para São Paulo; mas agora me tem Vossa Excelência Ilustrissima nesta cidade do Rio de Janeiro sempre suspirando pelos preceitos de Vossa Excelência Ilustrissima para os executar (. . .)".

Frei José Mariano — para que o traçado desta vasta rede de influências culturais se complete — havia antes recebido, em 3-2 -1775, expressa recomendação, dirigida a Cenáculo, e assinada pelo próprio Marquês de Pombal, com vista a poder vir ao Reino "para se aplicar a Estudos mayores", conforme a carta (cota CXXVII, nº 3991) adiante citada no item 42.

2-11

30. Cota: CXXVII, nº 3047/3077.

2-4

Trata-se de um importantíssimo núcleo de 35 cartas, ao que supomos, ainda inéditas, do Conselheiro José de Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, que foi presidente da Academia dos Renascidos, na Bahia. Personalidade até hoje mal estudada, em certo momento preponderante da cena política, a ela são confiadas missões de alta responsabilidade. Intelectual adepto da Ilustração, cai em desgraça no Brasil, e é preso durante o Consulado de Pombal, por razões ainda não inteiramente averiguadas. É indiscutível o interesse do papel de Coelho de Melo na criação e desenvolvimento da Academia dos Renascidos, que congrega boa parte da Inteligência brasileira do tempo.

O espólio desta correspondência, testemunho valioso das continuadas relações entre Cenáculo e o Conselheiro Coelho de Melo, desde 1755 até 1788, e da permuta de obras literárias (o franciscano enviava os seus escritos para a Bahia, cerca de 1759), oferece amplo repositório de informações para um mais

perfeito conhecimento desta figura da Ilustração no Brasil. Surgem referências epistolares aos mais diretos colaboradores da Reforma de Estudos pombalina, como ao brasileiro João Pereira Ramos e a José de Seabra, ao que parece seu íntimo amigo e grande apoio político.

De valor não despreciando é o "aviso" da Academia dos Renascidos, da Bahia, convidando Cenáculo para seu membro (cota CXXVII, nº 3049, carta de 28 de dezembro de 1778). O relacionamento entre ²⁻⁴ personalidades do Reino e do Brasil, através das Academias, a rede de ligações culturais entre as várias cidades brasileiras, o intercâmbio cultural estabelecido entre as duas margens lusíadas do Atlântico, são aspectos quase sempre desprezados pelos historiadores, não obstante seu decisivo interesse para a compreensão do Século XVIII brasileiro.

Outro aspecto importa relevar, nesta documentação.

No epistolário coligido tanto anteriormente, como na presente fase de pesquisa, encontram-se abundantes informes sobre a duração, a incomodidade, a frequência das viagens, e bem assim sobre a brevidade das comunicações por correio. Preferiam-se certas carreiras marítimas a outras, em função do afluxo de naus a determinados portos. Do Rio de Janeiro escrevia-se para Lisboa: "Vendo que a nao de guerra, em cujo sacco se acham as cartas, tem tido demora considerável, e não tendo a certeza da sua sahida, me resolvi a fazer esta, e a remete-la por Pernambuco, aonde as embarcações são mais frequentes para essa Corte (. . .) (cota CXXVII, nº 1245, carta antes citada). A celeridade dos cir-

¹⁻⁷cuitos das comunicações marítimas e as rotas da navegação constituem preocupação dominante na época, e marcam a mentalidade da sociedade urbana do Brasil-colônia. No mês de fevereiro de 1767, um habitante do Rio de Janeiro lamentava-se do isolamento cultural e da ausência de notícias do Reino "por falta de embarcaçoens, desde Setembro estamos famintos de novidades"; mas, entretanto, eis que chega a esse porto uma nau da Bahia, com dez dias de viagem e, por ela, se havia recebido correio de Lisboa, a 5 de dezembro, vindo por Pernambuco (cota CXXVII, nº 3670, carta adiante citada). Além da demora, havia também os ²⁻⁸ riscos inerentes à travessia atlântica (a carta: cota CXXVII, nº 1450, refere um saque de navio, em 1782) e à doença. O conselheiro ¹⁻⁷ Melo descreve, já da Bahia, em carta de 20 de setembro de 1758, (cota CXXVII, nº 3048), a viagem efetuada com acentos de uma autêntica *História* ²⁻⁴ *Trágico-Marítima*: "A viagem foi mais penoza que pode imaginar-se, não só por muito

dilatada, mas mais que tudo, porque houve na Nao huma cruel epidemia, de sorte que já não havia quem mareasse o pano; porem eu me acho com perfeita saude, e andei entre aqueles moribundos animando-os ao trabalho, e ao sofrimento, sem que sentisse a menor diferença na minha robustez". Nem sempre, porém, assim sucedia: a carta (cota CXXVII, nº 3125) a seguir referida, dá-nos exemplo duma "viagem de vinte e ²⁻⁵ sete dias, a mais feliz e socegada que se poderia desejar".

A facilidade, segurança e rapidez das comunicações marítimas é hoje objeto do interesse do historiador, já que estreitamente se prende, entre outros aspectos, e para além de uma evolução da Técnica, a uma geografia cultural e ao estudo das Mentalidades (para uma História do Medo, dentro das recentes orientações metodológicas, esta documentação ofereceria largo campo de análise). Estes testemunhos terão de ser conjugados, para seu conveniente aproveitamento, com a documentação de outra natureza, inclusive a de tipo econômico: dados sobre a ocupação dos navios com suas cargas, características das embarcações e custo dos fretes, etc. Para esse efeito, a escrita comercial da Casa Rolland, que se reuniu neste acervo documental (item 48), oferece esclarecedores elementos para uma análise no âmbito da História Econômica e Social.

Ligado também a aspectos econômicos e da técnica da construção naval, temos a descrição, um tanto ufana, da Nau "São Sebastião", cujo casco e acabamentos seriam os mais perfeitos até então saídos de um estaleiro, segundo o juízo de Franceses, Ingleses e Castelhanos — numa carta de 1767, adiante transcrita (cota CXXVII, nº 3670).

²⁻⁸

31. Cota: CXXVII, nº 3125.

²⁻⁵

Carta de José de Oliveira Pinto Botelho e Mosquera, enviada da Bahia, em 30 de janeiro de 1783. Trata-se de um magistrado, logo provido à chegada à Bahia, numa Casa de Agravos, e que coloca seus préstimos à disposição de Cenáculo. Refere a chegada à Bahia, a sua boa adaptação e o modo como decorreu a viagem: "Cheguei a ella no dia 23 do passado Dezembro, havendo tido huma viagem de vinte e sete dias, a mais feliz e socegada que se poderia desejar. Eu passei muito bem no mar e vou passando igualmente bem no Paiz, já mais familiarizado com o clima, que me pareceo mais ardente nos primeiros dias, talvez pelos estragos dos . . . (...?) do Mar".

32. Cota: CXXVII, nº 3206, fols. 226-227.
2-5

Carta autógrafa de Fr. José de Santa Rita Durão, escrita de Roma em 10 de agosto de 1773. O Poeta mineiro pede a Cenáculo proteção na cobrança de uma tença e conta-lhe, a propósito, a sua vida, que ele considera infeliz. O autor do poema *Caramuru* — no qual, como poeta no dizer de Hernâni Cidade, (in *Dicion? de Literat. Brasil, Portug. e Galega*, Porto, 1976, p. 277) “o enciclopedismo do Universitário do Século das Luzes excessivamente o sobrecarrega de erudição, às vezes indiscreta, desde a Teologia às Ciências da Natureza e desde a História à Geografia, humana e física”, — dá-nos aqui uma carta autobiográfica, com seu rosário de infortúnios e de esperanças: “e sahi da Collegiada de S. Spirito com animo de concorrer a huma Cadeira das que se esperam vagantes na próxima abolição dos Jesuitas (. . .)”.

Este lente-opositor da Universidade de Coimbra, educado pelos Jesuitas do Rio de Janeiro, constitui um expoente da mentalidade iluminista da época, pelo que o presente testemunho biográfico apresenta indiscutível interesse.

33. Cota: CXXVII, nº 3474.
2-7

Carta de Luis José Duarte Freire, do Rio de Janeiro, de 7 de setembro de 1776. Mais uma personalidade que, ao chegar a “esta Capital do Mundo Novo”, se coloca reverentemente ao serviço de Cenáculo. Dá um testemunho favorável da viagem e do país: “A minha viagem foi boa, chegando a esta cidade com 67 dias; e até o presente não me tenho achado mal no Paiz, sendo que não acho tão temperado o seu clima como achei o das cidades do Pará, e da Bahia, pois nellas as estações fazem o seu dever (. . .)”.

34. Cota: CXXVII, nº 3527, r-v.
2-7

Carta de Fr. Luis de S. José Castelbranco, do Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1774, em que comunica a Cenáculo a sua viagem e chegada ao Rio, com pormenores sobre a travessia e o relacionamento a bordo com o Governador.

Frei Luis, que desembarcara com o capitão-tenente D. Tomás de Melo, integra o círculo de relações do Marquês Vice-rei, e oferece um testemunho do ambiente que existia, na época, entre as autoridades da Coroa, os militares e os religiosos.

35. Cota: CXXVII, nº 3559-60.
2-8

Duas cartas de Manuel de Almeida Maciel, enviadas da Bahia, respectivamente em 18 de junho de 1770 e em 14 de novembro de 1776. Na primeira carta, felicita Cenáculo pela sua nomeação para Bispo de Beja e Presidente da Real Mesa Censória. Sabe-se da nova competência que, mercê do último cargo, adviria para Cenáculo na administração do ensino no Brasil. Na segunda, o autor agradece-lhe ter sido elevado por Sua Majestade à dignidade de Mestre Escola da Sé Metropolitana da Bahia — o que reconhece “se deve à respeitável protecção de Vossa Excelência que me lembrou, e promoveo”.

36. Cota: CXXVII, nº 3561.
2-8

Carta de Manoel Alvares Calheiros, do Pará, datada de 18 de julho de 1758, na qual manifesta a Cenáculo a sua gratidão por todos os favores e benefícios recebidos e oferece os seus préstimos.

37. Cota: CXXVII, nº 5597, r-v.
2-8

Carta de Fr. Manuel do Desterro Mata, enviada do Colégio de Santa Catarina, em 29 de agosto de 1770. Refere o autor a admiração que o Rei tributa a Cenáculo, pois só por saber que este dissera ser Fr. João Evangelista Pereira pessoa de virtudes, Sua Majestade logo o nomeara Bispo do Grão Pará. Elogia o Bispo de Beja pela sua grande obra de elevação do nível mental e espiritual do Clero: “que faz com que tão bem os seus subditos já nos Bispados, já nas Cadeiras com produções litterarias, e em outras muitas occasioens se distingam (. . .)”. Diz enviar-lhe relação dos religiosos que o seu Colégio pode sustentar, bem como o rol dos papéis e livros do seu cartório.

A nomeação de Fr. João Evangelista Pereira para Bispo do Grão Pará e Maranhão fora, efetivamente, fomentada por Cenáculo, e correspondeu a uma pedra fundamental para a modernização dos estudos, dentro dos mais evidentes desígnios da Ilustração, nos vastos territórios daquela Diocese, como se documenta pela elucidativa coleção de cartas de Frei João, constante deste epistolário (1ª fase da pesquisa).

38. Cota: CXXVII, nº 3600/3605.
2-8

Seis cartas de Frei Manuel da Epifania, Provincial da Província de Santo Antônio do Brasil, remetidas respectivamente do Recife de Pernambuco em

8-1-1772, 10-2-1772, 20-4-1772, 11-7-1772, do Convento de S. Francisco da Bahia em 6-11-1772, e do Recife de Pernambuco em 12-8-1773, e 3 anexos.

Trata-se de importante núcleo documental, que nos permite compreender o cerne das questões que preocupavam o Provincial. No contexto da política pombalina de restrições a uma expansão pastoral dos Religiosos, o autor menciona a decadência da Província, composta de frades cansados e envelhecidos, por falta de ingresso de elementos novos e válidos, perante cuja situação se solicitava a proteção de Cenáculo; as desavenças no meio eclesiástico, objeto dum extenso processo judicial, cujas peças são testemunhos eloquentes da mentalidade religiosa e da espiritualidade da época; finalmente, a liberdade do ensino prestado às populações por Religiosos. A análise deste último aspecto levanta não só novos aspectos, como obriga a reformular as conclusões da historiografia respeitantes a este período da Educação no Brasil: o ensino gratuito que se desenvolvia por outras vias, paralelamente ao ministrado pelos professores régios, está ainda por averiguar, e pode ampliar, em termos insuspeitados, a avaliação dos recursos pedagógicos disponíveis. A base da questão, neste caso concreto, segundo nos parece, terá nascido das pretensões manifestadas pelas populações do Rio de S. Francisco, Alagoas e Igarassu, perante a insuficiência dos quadros do ensino oficial, para que os religiosos fornecessem instrução aos seus filhos.

O Provincial apresentou uma súplica ao Rei, observando que os predecesores de Sua Majestade sempre haviam recomendado aos Franciscanos, desde que estes se estabeleceram "nesta grande parte do Mundo", para se ocuparem "em ensinar em claces publicas as Latinidades competentes aos filhos dos moradores daquella Conquista, especialmente nos Conventos distantes das Capitaes, aonde os Provinciais antecessores do suplicante nomeavam para este magistério os religiosos mais scientes no idioma latino, ornados das virtudes christans, e moraes, em que pudessem tambem instruir a mocidade que concorria as dictas claces, como sucedia na villa de Igarassú, distante da cidade de Olinda, e villa do Recife, desta seis leguas, e daquella sinco, donde sahião habeis para todo o emprego literario, tanto eccleziastico, como civil; e porque sendo Sua Magestade servido por justos motivos de sua real intenção, mandar dous professores de Latim, para por novo Methodo ensinarem a grammatica com mais pureza e elegancia, da que se aprendia pelos livros antigos, e reprovados, de prezente se acha esta Capitania com hum só dos ditos professores, por se haver auzentado o outro, e sendo a rezidencia do existente na villa do Recife, estão os moradores da dita villa de Igarassú impossibilitados, para darem a seus filhos a competente cultura das Letras, não só pela distância em que vivem, mas pela impossibilidade de os manterem longe de suas cazas; se oferece o suplicante a remediar esta urgencia oferecendo gratuitamente a fazer ensinar pelos seus Religiosos habeis no novo Methodo, a Lingua Latina aos filhos dos ditos moradores, não só

naquella Villa mas nos mais lugares em que tem conventos nestas capitánias distantes da Capital sendo Vossa Magestade servido conceder-lhe essa faculdade (. . .)".

39. Cota: CXXVII, nº 3662/3666, fols. 284-288v.
2-8

Seis cartas de Manuel de Figueiredo, datadas entre 12 de maio de 1777 e 27 de dezembro de 1791, em que envia a Cenáculo, agora já residindo na sede do seu bispado, em Beja, várias notícias políticas e diplomáticas. Figueiredo, cujas funções o levam a secretariar o ministro Aires de Sá e a estar bem próximo da Família Real, comunica, em 4 de novembro de 1777, ter chegado um *Tratado Preliminar* entre as Cortes de Madrid e de Lisboa, pelo qual "se nos restitue a Ilha de Santa Catarina, e se nos cedem huma e outra margem do Rio Grande de S. Pedro; conservando tudo o mais que temos importante na America: e isto sem entrarmos em empenho, que haja de desgostarnos com nossos Alliados". Mais tarde, Figueiredo enviará a Cenáculo um exemplar do importante *Tratado* concluído com a corte de Madrid, sobre os limites do Brasil. Testemunho esclarecedor do acentuado interesse com que o Bispo franciscano acompanhava quanto ao Brasil respeitava.

40. Cota: CXXVII, nº 3668/3676, fols. 293-294.
2-8

Nove cartas do Dr. Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura, expedidas entre 9 de janeiro de 1758 e 25 de junho de 1793. O Dr. Moura devia ter sido, alternada ou cumulativamente, professor de Latinitude e magistrado, talvez recém-regressado do Brasil, a avaliar pelo post-scriptum da 1ª carta, em que mostrava ainda ressentido pelo clima tropical: "Agora como estamos em férias da Relação vim para o campo de repente a ver se emendo com mudansa de ares huma debilidade de estomago que este ano passado me affligiu bastante, efeitos da mudansa de estasoens e dos ares do Tropico". Mais tarde, diz ter lido e respondido a certo recurso que interessava a Cenáculo. Velho conhecido, e amigo deste "desde o tempo da Universidade" em Coimbra, segundo afirma, o Dr. Moura parece também dedicar-se a atividades docentes e literárias, que a correspondência reflete", ao descrever a sua convivência acadêmica na Lusa Atenas: "O meu genio educado mais no seio das Muzas, que no das Furias, sofre mal estes embaraços Academicos (. . .). Com esta será entregue de hum livrito que fiz imprimir com algum trabalho meu, com que o quiz fazer mais comodo a Mocidade Portuguesa: foi ainda obra meditada nessa Corte, e depois interrompida com a minha retirada inesperada, e que me deixou pouco desembaraçado para levar ao fim a ideia que me havia formado de humas notas

mais copiozas, e de proseguir a história, desde a restauração das Belas Letras depois de tomada Constantinopla, ate os nosos tempos (. . .). Numa Disertação sobre a origem e progresos da Eloquencia que aqui recitei depois da oração latina o primeiro dia de Aula aos meus discipulos já contem huma grande parte das Memorias; e algumas raras pelo que pertence a noso Portugal. Porem o meu genio paga-se mal de tudo o que trabalha, e faz-me crer (com muita justiça) que isto não deve sahir dos meus borroens; o mesmo me succedeo com a inscrição que imprimi violentado; depois de as mandar para essa Corte (pois aqui as não reparti, por não querer ser Autor em huma terra de tão bons criticos) recomendei a entrega de uma a Vossa Revª (. . .)".

Moura já se encontra no Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 1767, quando escreve a Cenáculo, pedindo-lhe "notícias da Republica Literaria": "Diga-me como vão em o noso Continente os progressos das Belas Letras, e o que vai aparecendo na Europa, mais recomendável". Dá opiniões sobre outras obras remetidas por Cenáculo, com uma nota sobre o desejo de novidades que se sentia no Rio: "Aqui li a Orasão do Prefeito do Real Colegio [das Artes] que me pareseo latina, nada mais. He certo que os Romanos alem da pureza da sua Lingoa revestiam suas composições de huma grasa, que lhe não era estrangeira, e sem isto não eram amaveis seos discursos".

"Nos aqui por falta de embarcaosens desde Setembro estavamos famintos de novidades, mas agora chega huma embarcação da Bahia com dez dias de viagem, e por ela recebemos noticias de Lisboa de 5 de dezembro vindas por Pernambuco". Além de comentar as novidades que lhe chegavam do Reino, fala-lhe dos acontecimentos políticos que mais interessavam ao Brasil: "... depois da chegada do novo Governador a MonteVidio e retirada de Cevallos para Hespanha não tem tomado outra cor as nossas dependencias do Sul", continuando a Colônia do Sacramento e Rio Grande sob a dominação espanhola.

A raridade na obtenção de notícias, o ambiente de ansiedade que se gera pelo relativo isolamento intelectual, são notas do Brasil-colônia que se refletem nesta carta. Por outro lado, o mesmo texto fornece-nos dados interessantísimos sobre a sobrevivência de crenças no Sebastianismo, quer no plano da aceitação popular, quer nos círculos cultos e responsáveis — um depoimento que merecia ser devidamente estudado — e ainda quanto à técnica da construção naval dos estaleiros brasileiros, a propósito da nau "São Sebastião": "A tempos que entrou a apparecer nos ovos resem postos hum S. muito legivel e distinto. A principio não se fez caso, mas depois que forão sendo muito frequentes entraram os misteriozos a fazer as suas observaoens. Sua Excelencia o Senhor Vice Rey para se desenganar mandou vir a seo Palasio huma galinha das mais afamadas em ovos de S., fez a experiensia e achou que não havia engano. A sua similhansa entraram muitos na mesma averigoasão, e viram que a letra era na-

turalmente formada na tes do ovo onde artificialmente se não podia formar, com que se desenganaram que não havia engano de algum curioso. A mesma letra se seguiu em outros a letra V. que não so se observou em ovos mas em troncos na parte interior separada huma parte das outras, e em ananazes certa fruta do pais que se asemelha as nossas pinhas, mas de hum gosto exquisito e que nasce com huma espezie de coroa. Os sebastianistas, de que aqui ha grande abundancia, renovaram com isto suas esperansas interpretando as letras *Sebastianus Veniet*. Estas raridades sempre cauzam sumas estranhezas, e ja daqui 80 legoas donde fica o sabará avizam que vão aparecendo as mesmas letras. Deixo os misteriosos o decifraem o enima.

Brevemente vera Vossa Reverendissima nese porto, querendo Deos, a nau S. Sebastião que aqui se fabricou. Os estrangeiros que aqui tem aportado dizem que o casco he o mais bem feito que tem aparecido, e entrão nestes votos tres nasoens Francesa, Ingleza, Çastelhana. A fabrica interior he a mais mimoza que nunca se meteo em semelhante edifisio: Acabada, excede o camarim mais delicado de huma Princesa, toda a obra he de embutido de diversas corês de paos naturaes que fazem huma bellissima vista. Vera Vossa Reverendissima onde chegam os artifises americanos (. . .)”.
2-9

41. Cota: CXXVII, nº 3767, fols. 218-221.

Carta de Fr. Manuel de Santa Cecília Campos, enviada de Lisboa, da prisão do Limoeiro, em 2 de agosto de 1774, a Cenáculo, acompanhada dos anexos: requerimento ao Juiz da Inconfidência, Certidão do Comissário Provincial da Província da Imaculada Conceição do Rio de Janeiro, passada no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1776 e carta do Procurador Geral, Fr. Manuel de Santa Maria dos Anjos, expedida de São Pedro de Alcântara, em 28 de agosto de 1774, que transcreve um documento pedido pelo autor, para se justificar perante as autoridades do Reino.

O caso deste desgraçado frade, que, antes de ingressar na Ordem Franciscana, estivera na Companhia de Jesus, onde não chegara a professar — fato este, mesmo assim, que lhe valeu ficar detido na prisão, sem culpa formada, por mais de cinco meses — merece ser analisado, sobretudo pelas peças que apoiam o processo. É um testemunho eloquente do grau de violência a que chegou a repressão ideológica, tanto no Brasil como em Portugal, no momento em que Pombal pretende cercar a atuação das Ordens religiosas. A inclusa pastoral de Fr. Cosme de Santo Antônio, mandada ler, em plena comunidade, aos frades, e que deveria ser transcrita nos livros de todos os conventos da Província Franciscana da Imaculada Conceição, é um monumento de acatamento subserviente à férrea política pombalina — prescrevendo os atos litúrgicos em ação de graças,

pela felicidade de "livrar ao seu [de S. Magestade] Sapientíssimo Ministro o Senhor Marquez de Pombal do insulto execrando, que hum homem malevolo, perdido e dezanparado de Deos pretendia fazer na sua Pessoa (. . .)". Mais do que as concepções, a mentalidade e a prática políticas ficam documentadas ao longo destes impressionantes textos, importantes para a compreensão da Sociedade, do relacionamento efetivo entre as comunidades religiosas e as autoridades oficiais, no Brasil colonial.

42. Cota: CXXVII, nº 3991.

2-11

Carta do Marquês de Pombal, de 3 de fevereiro de 1775, apresentando a Cenáculo o portador desta, Fr. José Mariano do Amor Divino, da Província Reformada de Sto. Antônio do Rio de Janeiro: ". . . Elle apresentará a Vossa Excelência os Papeis com que se legitima. Também participará a Vossa Excelência os desejos que fizeram os motivos de passar a esta Corte para se aplicar a Estudos mayores. Eu o recomendo a Vossa Excelencia para que queira ouvi-lo, e protege-lo em tudo que possivel for, a fim de que possa eeffeiturar os seus bons e louvaveis desejos".

Esta carta, firmada pelo próprio punho do Ministro de D. José I, na aparência uma simples recomendação, prende-se com o plano pedagógico da renovação dos Estudos, entre Franciscanos, e a preparação, no Reino, do necessário escol de professores que pudesse promover a "Ilustração" do Brasil. O documento assume, neste contexto, toda a sua importância cultural e pedagógica, ao ser relacionado com a posterior atuação de Fr. José Mariano no Rio de Janeiro, expressa no relatório sobre os estudos que, desta cidade, ele enviara a Cenáculo, conforme antes referimos (cfr. a carta de 16-12-1776, Cota CXXVII, nº 3032).

2-4

43. Cota: CXXVII, nº 4139-4155.

2-12

Núcleo de dezoito cartas, do Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castel Branco, datadas entre 1 de fevereiro de 1777 e 26 de janeiro de 1798. Trata-se da figura dum magistrado que, durante a sua permanência em Pernambuco, teve ativo papel, como Comissário Subdelegado do Diretor Geral de Estudos, na por vezes perturbada e difícil execução da Reforma pombalina dos Estudos Menores, no Brasil. O Desembargador Caldeira de Pina Castel Branco era personagem influente do círculo de Pombal, mas a sua ação não se encontra ainda suficientemente averiguada, pelo que o presente subsídio documental apresenta inegável interesse. Laerte Ramos de Carvalho (em *As Reformas Pombalinas da Instrução Pública*,

2ª ed., Ed. Univ. São Paulo, e Saraiva, S. Paulo, 1978, p. 210 e ss.) terá sido o primeiro a estudar a intervenção daquele magistrado no concurso e disciplina dos professores régios, publicando o parecer de Caldeira, em resposta ao inquérito do Diretor Geral de Estudo, que constitui uma das mais importantes peças para se avaliar a organização pedagógica brasileira no séc. XVIII (pp.129-136, 210-213) Antônio Alberto Banha de Andrade, retomando o tema (em *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, Ed. Univ. São Paulo, e Saraiva, S. Paulo, 1978) analisou a aplicação do *Novo Methodo* no Brasil (pp. 55-90) e a atuação do mencionado Juiz na organização dos autos de concurso respeitante aos professores régios, o que merecera franco aplauso do Diretor Geral dos Estudos D. Tomás de Almeida (id., pp. 55-57). Andrade cita ainda correspondência respeitante ao Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castel Branco, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (entre ele e o Diretor-Geral de Estudos) e, no arquivo da Biblioteca da Universidade de Coimbra, o processo de acusação movida pelo mesmo magistrado contra o professor régio Silva Coelho (id., pp. 215, 224, 225).

O desembargador tomara também parte ativa na condução do litígio entre Franciscanos, em que intervém o Provincial da Província de Santo Antônio do Brasil, Fr. Manuel da Epifania, conforme documentação aqui coligida (cfr. cartas referidas no item 38, cota CXXVII, nº 3600/3605).

2-8

A correpondência enviada para Cenáculo oferece-nos o testemunho interessante dum homem cultivado, com uma inteligência formada pela Ilustração e um tanto afogada em livros e em citação de autores clássicos, cuja admiração intelectual pelo Bispo de Beja parece ser uma constante.

Miguel Carlos Caldeira teria biblioteca bem nutrida – em certo momento, comunica estar absorvido “com mudança de caça, arranjo de livreria (. . .)” e, em outra ocasião, declara “estou cheio de livros, e dinheiro, e ainda que deste se precisa em tal tempo, prezo contudo mais os fructos do entendimento finissimo, com que Vossa Excelencia me instrue (. . .)” (cartas nº 4147-4148). [Não é assim despreciando o fato de hoje conhecermos, pela marca de posse com o nome autografado, o exemplar do *Verdadeiro Methodo de Estudar* de Luiz Antônio Verney, e o volume de polémicas que lhe andava anexo, que pertenceram a este magistrado, e hoje fazem parte de nossa biblioteca – sabendo-se que Verney foi o grande doutrinador do Iluminismo em Portugal e futor da renovação dos métodos pedagógicos (veja-se, sobre este exemplar da obra de Verney, o nosso artigo, em “Suplemento Cultural” de *O Estado de São Paulo* de 13-5-1979: “Verney e o Brasil”). Caldeira, depois de regressado do Brasil, passará a desfrutar de relações preponderantes na Corte, a ponto de veicular cartas e pretensões de Cenáculo junto da Família Real e dos nobres com poder de

decisão — como nos revela esta correspondência, também rica de outros informes sobre a diplomacia, a política interna e estrangeira, numa crônica animada, espelho das preocupações de intelectuais e políticos que constituíam os círculos cultos e as elites daquela época.

44. Cota: CXII, fols. 143 a 206.
1-33

É um tratado de Física, proveniente do Colégio dos Jesuítas da Bahia. Começa: "Incipit Ars mirabilis omnium scientiarum scientia mirabiliter Magistralis". O Pe. M. Gonçalves da Costa, em *Inéditos de Filosofia da Biblioteca de Évora* (Separata de *A Cidade de Évora* n.º 23-24/25-26, Évora, 1951), p. 84, presta sobre este códice, que lhe parece "todo inspirado pelo Pe. Antônio Vieira", a seguinte descrição: "Vol. de págs. 326, truncado no fim. Form. 287 x 140mm. Encad. em cartão. Letra dos fins do séc. XVII". Acrescenta ainda, além do tratado filosófico, cuja reprodução coligimos: "o resto do volume contém: Da pág. 1-38: *Voz de Deos ao Mundo a Portugal e à Bahia. Juizo do cometa que nella foy visto em 27 de 8bro de 1695*". Seguem-se habilidades dialéticas sobre vários problemas, tais como: "Qual he melhor, beber agua ou vinho?" (p. 39). "Qual he o melhor modo de fallar?" (p. 46). "Quaes sejam mais habeis p.ª as sciencias, os magros ou os gordos" (p. 66). E a seguir odes e discursos em elegante Latim, em louvor da Filosofia (exames, graus acadêmicos, etc.). p. 83-140. Da p. 207-225: "*Compendium quaesitor De Metheoris*. Na p. 227 começa *Eucharisticon sive solemnis gratiarum actio ad Recifiensen Penegyrun habita post celeberrimam novi Templi consecrationem*. Terminam o volume várias poesias latinas, entre as quais duas: do P. Antônio Vieira, e uma dedicada ao mesmo".

Como parece óbvio, este texto didático constitui um importante testemunho da orientação pedagógica dos Jesuítas no Brasil. Seria desejável que, não só este pequeno tratado de Física, mas todo o códice, que reúne várias peças de natureza diversa, fosse de futuro integralmente reproduzido, com vista a figurar no acervo documental.

45. Cota: CXXVII, n.º 2603, 2 fols. r-v.
2-2

Carta de Fr. José dos Anjos, Ex-Provincial da Província da Conceição, enviada do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1770, para o Pe. Comissário Geral. Frei José solicita que sejam mandados ouvir todos os Definidores e Mestres da Província, sobre uma contestada eleição do Provincial, segundo critérios que teriam afetado não só a Província do Rio de Janeiro, como a da Bahia. É continuação do assunto, que já vinha sendo

tratado pelo mesmo religioso, conforme se vê pela carta de 7 de fevereiro desse ano, que consta do item nº 26.

46. Cota: CX, nº 23, 3 fols.
2-20

Teses de Teologia em latim, defendidas no Convento franciscano de Santo Antônio do Pará, pelos alunos Fr. Vicente de Santa Maria e Fr. José da Anunciação, a que presidiu o professor Fr. Manuel de Jesus Maria, sendo patrono do ato acadêmico o Governador e Capitão-General do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro.

Estes raríssimos textos acadêmicos não interessam apenas ao estudo das orientações do ensino da época, mas também a análise das relações estabelecidas entre Educação e Sociedade, tema central de recentes preocupações metodológicas no domínio da História da Educação. Já salientamos a importância destes textos didáticos quando, na 1ª fase da nossa pesquisa, reunimos 27 teses de Filosofia do Colégio do Maranhão: cfr. "Para uma história da Educação brasileira (. . .)" cit., *Rev. Fac. Educ.*, 4 (1), 1978, p. 42. Sobre o relevo das intervenções do Governador Melo de Castro nas Reformas da Instrução, vide A.A.B. de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, especialmente a correspondência cit. a pp. 213-223.

47. Cota: CXVIII, 42 fols.
1-24

Opúsculo de 77 pp. inumeradas, brochado, tendo na lombada: *Prates Theses*. Teses, em Latim, de Lógica, Metafísica e Ética, presididas pelo professor régio Francisco Rodrigues Xavier Prates e defendidas por Bernardo José de Passos, em 1775, perante o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, a quem as mesmas foram dedicadas. Na 1ª parte de nossa pesquisa, reunimos a correspondência, do maior interesse sob o ponto de vista pedagógico, enviada por este mestre de Filosofia Racional, Francisco Prates, a Cenáculo. Segundo comunica em carta de 17 de junho de 1776, o professor teria chegado ao Rio de Janeiro, a 30 de abril de 1774, tendo aberto aula de Filosofia Racional a 28 de junho, na qual fizera uma alocução, que enviava a Cenáculo. Prates queixase da incompreensão de certas pessoas pelas suas aulas. As *Theses* agora reunidas, de extensão e densidade doutrinária invulgares, permitem completar o estudo da atuação deste professor régio, pelo conhecimento das orientações do seu ensino e matérias que ministrava no curso.

M. G. da Costa, *Inéditos de Filosofia da Biblioteca de Évora* cit., menciona estas *Teses*, a pp. 122-3. Sobre a relevância da atuação pedagógica, no Brasil, do

patrocinador destas Teses, o Marquês de Lavradio, vide A.A. B. de Andrade, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil* cit., pp. 222-223.

48. Cota: CXXVII, nº 4492-4494.
2-12

Três cartas de Fr. Pedro Nolasco de S. Francisco, enviadas do Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, a primeira em 15-1-1770, e as restantes em 8-2-1770, com três anexos.

Importa urgentemente averiguar, em aprofundado estudo monográfico, a vida religiosa, o ambiente espiritual e a irradiação do meio social deste Convento franciscano de Santo Antônio do Rio. Como é sabido, e pela documentação aqui coligida melhor se comprova, essa Comunidade desempenhou na época uma função pedagógica primordial, com quadros docentes de bom nível para o ensino da Filosofia.

A Corte portuguesa, nomeadamente o Ministro Sebastião de Carvalho e Melo, e seu colaborador Cenáculo, acompanhava de perto, com o mais vivo interesse e vigilância atuante, tudo o que a esta Província franciscana respeitava. O processo em causa, que consta de várias peças aqui coligidas, respeita a um tremendo conflito de competências, com discussão de jurisdições e da legalidade de certos aspectos formais na realização de Capítulos, e de eleições para os cargos do Governo da Província. No fundo, trata-se de uma luta de forças políticas e de correntes ideológicas, com a ingerência de grupos vários, polarizados em torno do Bispo da diocese e do Provincial franciscano, sendo envolvidas autoridades como o Vice-Rei, e, à distância, o então Conde Oeiras (que seria mais tarde Marquês de Pombal). Assoma, de todo este pleito, a estrutura administrativa do governo religioso da Província, conforme a *Tabua* das eleições celebradas no capítulo de 27 de janeiro de 1770, com indicação dos vários conventos do Brasil, e dos frades que, pelos seus cargos, podiam, naquela circunstância, votar.

49. *Catálogo de Correspondência dirigida a Fr. Manuel de Cenáculo Vilas-Boas*. Publicações da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Vol. I-VI (Évora, 1944-1956).

A título excepcional, incluiu-se aqui a reprodução duma obra moderna, sobre o fundo de Manuscritos da Biblioteca Pública de Évora. O procedimento justifica-se facilmente, se se observar que um dos escopos principais da nossa pesquisa foi o de revelar a importância cultural e pedagógica de Cenáculo nos seus aspectos relacionados com os prenúncios da Ilustração brasileira, coligindo a correspondência com interesse para a história da Educação e da Cultura do País.

Sendo uma edição recente, mas de tiragem exígua, os exemplares, de há muito esgotados, são hoje dificilmente acessíveis, mesmo no mercado português. No entanto, este *Catálogo* pode considerar-se, no contexto da presente pesquisa, a obra de instrumental de maior utilidade, tendo em vista o ulterior aproveitamento dos elementos que foram aqui coligidos. Será, na verdade, muito difícil aprofundar o estudo da projeção de Cenáculo na vida cultural e pedagógica do Brasil-Colônia, se a documentação por nós coligida não for completada e conjugada com outra que, constando dos sumários publicados da restante correspondência embora não respeite diretamente ao nosso tema, o esclareça e integre no seu contexto histórico-social mais amplo. Finalmente, dada a rigorosa técnica de elaboração deste Catálogo, pareceu-nos ainda que seria muito útil colocar essa obra de referência à disposição da Seção de Documentação e Informação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, porquanto, tratando-se de reproduções xerográficas e não das espécies originais, é provável que se suscitem dúvidas na fase de inventariação deste material, só solúveis pelo recurso àquele Catálogo.

Academia das Ciências de Lisboa

(Manuscritos da Série Vermelha)

50. Cota: Ms. Verm. 157.

“Carta que Frei Gil da Gama Travassos, Carmelita calçado da Província do Rio de Janeiro, mandou ao Procurador Geral da mesma Província, Assistente na Corte de Lisboa. Na qual lhe envia as suas reflexões feitas sobre alguns de certos quesitos que lhe comunicara”. Ano de 1797.

Vol. medindo 215 x 170mm., 1 fl. de guarda, 1 fl. com título e anotações, 1 fl. em branco, 22 fls. inums. e 1 fl. de guarda.

Trata-se de documento importante para o estudo da Ordem Carmelita no Brasil, nomeadamente em seus aspectos sociais, culturais e econômicos. À “Carta”, que gira em torno de uma Inspeção que durava já há doze anos, reflete um momento de extrema tensão entre os Carmelitas do Rio de Janeiro, de profunda crise da Comunidade – cuja efetiva ação cultural e econômica na época se encontra por averiguar, não obstante os trabalhos fundamentais sobre o Carmo, no Brasil, de Fr. André Prat *Notas históricas sobre as Missões Carmelitanas no Extremo Norte do Brasil*, Recife, 1941, e o de Heliodoro Pires, *Temas de História Eclesiástica no Brasil*, São Paulo, 1946. A presente pesquisa, reunindo material de procedências diversas, permite articular e integrar perspectivas

complementares. O bispo aqui visado como Reformador prepotente e arbitrário, é D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo-Branco, signatário da carta endereçada a Cenáculo (Biblioteca Pública de Évora, cota CXXVII, nº 979, referida no item 11). Outro testemunho das perseguições ¹⁻⁵ movidas à Ordem Carmelita, é-nos dado pela carta de 20 de agosto de 1787, de Fr. João da Trindade Costa (Biblioteca Pública de Évora, cota CXXVII, nº 2290, conforme o item 25).

Fr. Gil da Gama Travassos, que é um escritor algo pretensioso, de prosa sobrecarregada de citações latinas dos grandes clássicos, de cultura "modernista" decalcada na fidelidade ao "meu Larraga", expande-se com reflexões críticas sobre certos "quesitos" do Bispo, relativamente à Reforma que deveria ser introduzida no Carmo, do Rio de Janeiro. A situação interna da "relaxação" da Comunidade, em seus aspectos disciplinares, espirituais, administrativos, culturais e econômicos, reflete-se bem neste texto. Menciona-se o caso dos padres prófugos e ausentes, dados pelo Bispo como apóstatas (como o do Pe. Mestre Dr. Domingos Lopes, que transitou para clérigo secular: -fl. 3) e as medidas repressivas postas em prática, tais como o desterro para o convento franciscano de Bom Jesus da Ilha, dos "Padres Mestres Doutores Jubilados Fr. Bernardo de Vasconcellos e Fr. Innocência do Desterro Barros"; a criação de cárceres, troncos e fortalezas dentro do Convento carmelita: Fr. Tomé da Madre de Deus Coutinho "mandou conduzir às nove horas do dia por oito *escravos* (eu o presenciei) o famoso tronco chapeado de ferro, onde se prendiam os cativos criminosos, para o cárcere dos Religiosos, (. . .) (fls. 4,7).

No aspecto cultural, dá-nos elementos de interesse sobre o quadro de Mestres carmelitanos: "Certamente ignoro os motivos, que teve o Sr. Reformador para escurecer a honra da nossa Província em matérias literárias. Sei eu, que só nesse convento do Rio de Janeiro achou nesse mesmo tempo quatro Mestres Doutores jubilados em Theologia [cita o nome dos quatro Mestres] e ao depois ainda descobriu, e achou, em quem pegar para seus Examinadores Synodales [cita dois outros Mestres Doutores], dois para confessores de religiosas [indica seguidamente dois carmelitas, também Mestres Doutores], e muitos para responderem às Propostas, que mandava fazer (. . . fl.9). Alude ao novo plano de estudos inserido na *Reforma* pelo Bispo: "Abrio na verdade Estudos: mas que Estudos? Com que methodo? E para quem? Estabeleceo varias Cadeiras, huma de Theologia Exegetica, outra de Theologia Moral, outra de Historia Ecclesiastica, e outra de Leis, isto he, das Constituições da Ordem, emfim outra de Grammatica. (. . .) Para mais pena sentir mandou, que todos os Religiosos, sem excepção, frequentassem as Aulas. (. . .)".

"Que fruto se poderia esperar de huns Estudos, cujos collegiaes, huns não tinham cabeça, e outros careciam de livros? [Em nota: "confiscaram-

se os livros dos Religiosos, principalmente dos Religiosos dos outros conventos” (. . .). Meu amigo, para tudo he preciso um bom methodo, quando falta esse, nada se consegue (. . .)” – (fls. 8-v, 9r-v).

Aponta outras arbitrariedades: “O Pe. Leitor Fr. Joaquim Julio, que acabou de ler Filosofia no Convento da Cidade de S. Paulo, foi privado dos privilégios, e izençõens, que por lei, e costume gozam os Reverendos Lentes (. . .)”, (fl.13-v). A exploração das fazendas e engenhos que fazem parte do vasto patrimônio do Carmo, é aqui também examinada.

51. Cota: Ms. Verm. 342. “Resposta do Bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões, ao Revmo. Fr. Francisco Sarmento, enviada do Pará em 29 de Fevereiro, de 1760”, fol. 47 da *Colecção de Papéis Curiosos, Carta e Versos do uso do Revmo. Frei Vicente Salgado*.

Carta em que, além de algumas apreciações literárias, fornece elementos autobiográficos. Bulhões é uma figura próxima dos círculos de Pombal e que, com Frei Antônio do Desterro “foram os únicos do Brasil que se solidarizaram com o dito Ministro pela expulsão dos jesuítas. Doutorou-se em Coimbra e aí exerceu o Magistério até à sua eleição para o Episcopado”, diz-nos D. Odilão Moura, Q. S. B., em “O Iluminismo no Brasil”, *As Idéias Filosóficas no Brasil* Vol. I. Séculos XVIII e XIX, Ed. Convívio, S. Paulo, 1978, p. 154. Na biblioteca da Academia das Ciências, de Lisboa, conservam-se outros papéis e obras de Bulhões, mas que já não pertencem ao período brasileiro.

52. Cota: Ms. Verm. 28. “Carta escrita por Matias Aires Ramos da Silva Eça, sobre a Fortuna”. Fol. 33 de *Papéis Vários*.

Desnecessário se torna desenvolver considerações sobre esta figura maior das Letras Brasileiras do séc. XVIII, famoso autor das *Reflexões sobre a vaidade dos homens*, livro várias vezes editado e objeto de estudos aprofundados de Fidelino de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, L. Washington Vita, A. Robledo, Antônio Cândido e Antônio Paim, entre muitos outros. *Sobre a Fortuna* é um denso texto de Filosofia Moral, com valor autobiográfico, característico, pelo estilo lapidar, do famoso autor brasileiro.

53. Livro de “*Contas-correntes*” de Francisco Rolland, e sucessores, desde 1775 até 1828. Em anexo: documentos avulsos de apoio da contabilidade. Códice de 140 fols., de 35 x 22,5 cm., com encadernação inteira de pano cru, em bom estado de conservação, proveniente de nosso Arquivo familiar.

Trata-se duma raríssima documentação, a única do gênero que conhecemos, de valor decisivo para o esclarecimento de muitos aspectos da evolução do

Livro, em suas articulações com uma História Social e Econômica, e, ainda, no que toca à área da cultura, no respeitante às dominantes ideológicas, à circulação de livros e de idéias, à Censura — em suas dimensões européia e brasileira.

O primeiro livro de "Conta-correntes" da Casa Rolland permite seguir o desenvolvimento dos negócios duma grande família de livreiros, no dia-a-dia da atividade comercial, durante esse conturbado meio século, num período marcado por profundas mutações sociais, políticas e culturais na Europa e América, e coincidente, designadamente, com o advento e consolidação da Nação Brasileira.

O livro raras vezes tem sido considerado como *mercadoria*, o que tem impedido o aproveitamento de dados referentes à impressão, tiragens, remuneração e outros fatores que intervêm na formação do preço do produto acabado. No entanto, esses elementos revelam-se de importância primordial para a compreensão da gênese literária, da história das mentalidades, das correntes de idéias, dos padrões do gosto, em determinada época.

Com base nesta documentação, completada com outras fontes, é possível estabelecer o quadro da complexa rede de ligações entre os livreiros de Lisboa e seus fornecedores da França e Suíça, bem como, por outro lado, as relações existentes com os clientes do Brasil.

Os dados que — a partir de agora — nos são acessíveis, sobre as importantíssimas exportações livresas para o Brasil, antes e logo depois da Independência, o modo como se realizava a comercialização e a circulação de livros e de periódicos no Rio, na Bahia e em São Paulo, são de molde a exigir uma funda revisão de quanto se tem afirmado sobre o ambiente do marasmo mental da "Colônia" e o anquilosamento de espírito da população.

Conhecidas como são as profundas transformações da vida coletiva no Brasil e em Portugal, entre 1775 e 1828, importa observar como esses fatos agiram no público — nos seus hábitos de leitura, na preferência por outros temas, na *função* diversificada do livro, no alargamento das camadas da população alfabetizada com acesso a esse livro. Fortes indícios, embora por vezes sem expressão numérica comprobatória, inculcam mudanças de mentalidade, com preferências pela obra de assunto técnico, político, literário, jurídico, e, de modo acentuado, por aquela que tinha utilização no ensino. No entanto, em termos de expressão numérica, a faturação comercial indica que o livro religioso, que desde o séc. XVI era dominante no mercado, continuava com público certo.

A pesquisa deste vasto manancial só recentemente suscitou a atenção dos historiadores das Idéias e da Educação no Brasil, no sentido das diretrizes acima apontadas, com alguns estudos inovadores, como sejam os de Rubens Borba de Moraes com *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, (Rio de Janeiro, Livros Técnicos, 1979) e Maria Beatriz Nizza da Silva com *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)* (São Paulo, Brasiliense, Editora Nacional, s. d.).

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico-pedagógica a propósito de um novo acervo documental. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, 5 (1/2): 119-154, 1979.

O aproveitamento do material agora coligido poderá, decerto, possibilitar o avanço numa área de pesquisas fundamental para a Cultura e a Educação brasileiras.

Revelamos a existência deste códice em "Primórdios da vida intelectual em São Paulo. Livros e livreiros no século XVIII", Suplemento Cultural nº 73 de *O Estado de São Paulo*, 12/3/78, tema que mais detidamente examinamos na Comunicação à Academia Portuguesa de História, em 14 de julho de 1978 "Livros e livreiros em Lisboa no século XVIII" (a publicar nas *Actas da Academia Portuguesa de História*, Lisboa).